

Reforma acaba com dinheiro a fundo perdido

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — A mesa de 12 metros de cumprimento, os 27 ministros espremidos em seu redor, as ante-salas do Palácio do Planalto congestionadas por batalhões de assessores, justificavam, por si, na última quinta-feira, a "Operação Desmonte", ambicioso projeto de corte nos gastos públicos, apresentado pelo presidente José Sarney a seu ministério. O projeto, imposto pela nova Constituição com a transferência de 14% dos tributos federais para estados e municípios, além de alterações no Orçamento da União, tem um lado político pouco conhecido: vai obrigar uma reforma administrativa federal profunda e acabar com o dinheiro "a fundo perdido", poderoso instrumento de fisiologismo político do governo federal.

O presidente, segundo um ministro da área econômica, está bem a par das consequências políticas da operação, mas aceitou-a porque não lhe sobra alternativa para enfrentar seu quinto ano de governo com tributos cobrados pela Constituição. Caso não encampasse a "Operação Desmonte" o presidente teria como alternativa, para fazer face às despesas públicas, a emissão de dinheiro ou de títulos das dívidas públicas. Isto significaria empurrar o país para a hiperinflação. A adaptação da administração pública às novas normas constitucionais exigiu que o ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, delineasse um plano de governo primeiro cortando gastos, depois elaborando o orçamento dentro desta realidade e, por fim, puxando todo o Governo para o novo figurino de austeridade, cortando programas, fundos, órgãos e empresas públicas.

A origem — Um geólogo, um sociólogo, dois economistas, um contador, com ajuda de um bom datilógrafo, formam a equipe responsável pela elaboração da "Operação Desmonte". O geólogo Everardo Maciel, 41 anos, formado pela Universidade Federal de Recife, começou cedo na administração pública: aos 21 anos, em 1968, no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, uma espécie de Secretaria do Planejamento da época. Ele é um profundo conhecedor dos corredores da administração pública, foi secretário do governo Eraldo Gueiros, depois secretário de Planejamento do governador Marco Maciel de 1979 a 1983 e da Educação do governador Roberto Magalhães, em 1983. Everardo passou por todas as experiências do serviço público federal, do gabinete civil ao Ipea, onde hoje está lotado.



Vinte e sete ministros examinam a Operação Desmonte, que vai efetuar os cortes exigidos pela Constituição

Foi exatamente por conhecer a burocracia que em maio último, quando foi convidado pelo ministro João Baptista de Abreu para elaborar um projeto de adaptação da administração pública à nova realidade imposta pela Constituição, que Everardo pediu pouco. "Não quero salas nem equipes grandes, dispenso computadores e toda quinquilharia eletrônica. Só quero quatro bons técnicos escolhidos por mim, um exímio datilógrafo e uma máquina de escrever, das manuais", exigiu.

O pedido fazia sentido. Já que o objetivo era cortar gastos teria que começar por fazê-lo. Quanto ao computador Maciel explica: "Eu levaria meses para conseguir o computador, outro tempo para conseguir o programa adequado e, na hora crucial, a engenhoca pifaria". Foi por isto que optou por uma pilha de lápis bem apontados, blocos de papel, uma mesa redonda para reunir seus técnicos e, no final, no lugar de uma sofisticada editora de texto, um bom datilógrafo.

Afinidade pessoal — Trabalharam com Maciel os economistas Dorotéia Werneck e Abelardo Bayma, o sociólogo Ronaldo Garcia e o contador e administrador de empresas, William Dias. Embora com formações acadêmicas diferentes todos tinham em comum três pontos: eram do Ipea, conheciam profundamente a administração pública federal e tinham cursos de pós-graduação em Planejamento, além de uma grande afinidade pessoal.

Este grupo se reuniu durante 45 dias, das 9 da manhã às 10 da noite, no sétimo andar do

Ministério do Planejamento, num profundo mergulho na burocracia estatal.

— As perguntas eram: Que tipo de partilha haveria com a perda de tributos da União? Que tipo de despesas se cortaria? Respondendo a estas duas perguntas teríamos pronto o projeto, conta Maciel. "Logo de início identificaram que todas as "transferências intergovernamentais" — nome técnico para "transferências a fundo perdido" ou, no popular, como chamam governadores e prefeitos "a grana de Brasília" — teriam simplesmente que sumir do mapa, atendendo princípio constitucional de descentralização federal.

Alaranjado — O grupo levantou, em cada ministério, a lista de programas de repasses de verbas, os fundos, empresas e toda a barafunda burocrática que serve apenas para repassar dinheiro para os estados e municípios. Usaram como marcador uma caneta com tinta transparente, cor laranja, para marcar, na listagem de cada ministério, o que poderia acabar. "Este ministério alaranjou todo", comentavam quando marcavam programas transferíveis. No final elegeram 20 programas que teriam que ser reformulados mas dependiam de estudos mais aprofundados. Everardo criou, em um dia, 20 grupos de estudos, de maneira informal, sem convocações e editais pelo Diário Oficial, na base do conhecimento pessoal. Em 15 dias os grupos apresentaram os estudos mais detalhados que já foram feitos na administração pública federal.

Este levantamento revelou algumas curiosidades. Por exemplo, a Ceplac (Comissão Execu-

tiva do Plano da Lavoura Cacaueira), criada para ensinar ao brasileiro a cuidar de cacau, tinha se transformado num governo paralelo. Até universidades e uma rede escolar de primeiro grau são sustentadas pela Ceplac. Mostrou que a EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) deveria desaparecer das costas da União, já que pela nova Constituição transportes urbanos são da responsabilidade municipal.

Sabor — O grupo comandado por Everardo Maciel tinha, como foi determinado pelo ministro João Batista de Abreu, apenas função técnica, isto é, deveria cortar o que fosse preciso e deixar o encargo político com o presidente Sarney. Mesmo assim, Everardo, velho conhecedor das mazelas da administração pública, apresentou o relatório final sem usar uma única vez a palavra "cortar", para evitar a resistência política e burocrática. "Nosso medo — lembra Dorotéia Werneck — não é só a oposição política, mas a burocracia. Por exemplo, assessores e chefes de gabinetes de certos órgãos que hoje têm mais poder que governadores e com a nova Constituição voltam a ser simplesmente funcionários públicos.

Assim, Maciel, para evitar confrontos, no seu relatório, trocou a palavra "cortar" por expressões como "o que fica" ou "serão escoimadas" ou ainda "tais despesas devem ser expungidas". Isto não os livrou de pressões como do pessoal da Embrater, empresa que deve desaparecer, ou da EBTU, mas tornou o texto mais palatável aos detentores da chave do cofre.